



III SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
OS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS NA BAHIA E NO
MATOPIBA: disputas, resistências e conflitos

28 a 30 de agosto

Barreiras - BA.
Universidade Federal do Oeste Baiano - UFOB
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

AS CONTRADIÇÕES DO MODELO AGRONEGÓCIO A PARTIR DA AÇÃO EXTENSIONISTA NO COLÉGIO MUNICIPAL AURINO FAUSTO DOS SANTOS¹

Aline Lima dos Santos

Professora do IF Baiano *Campus* Santa Inês

aline.lima@ifbaiano.edu.br

Silvio Márcio Montenegro Machado

Professor do IF Baiano *Campus* Santa Inês

silvio.machado@ifbaiano.edu.br

Reinalda de Jesus Pedra

Licencianda em Geografia IF Baiano *Campus* Santa Inês

nalda_rjp20@hotmail.com

RESUMO:

Em grande parte dos municípios brasileiros, as atividades agrícolas constituem uma importante fonte de trabalho e renda. Parte significativa dessa produção está pautada num modelo corporativo de produção e de distribuição de alimentos com o uso de agrotóxicos, negligenciando a soberania e a segurança alimentar, tão necessários para a sobrevivência das sociedades em várias partes do mundo. Desse modo, o objetivo desse trabalho é apresentar a proposta do Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” que tem como base a reflexão em torno do processo de inserção e de uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil a partir do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Para tanto, serão realizadas rodas de conversa com estudantes do Ensino Fundamental II no Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos, na comunidade de Jenipapo, no município de Ubaíra-BA.

Palavras-chave: Agrotóxicos – escola do/no campo – Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

INTRODUÇÃO

Em grande parte dos municípios brasileiros, as atividades agrícolas constituem uma importante fonte de trabalho e renda. Parte significativa dessa produção está pautada num modelo corporativo de produção e de distribuição de alimentos com o uso de agrotóxicos,

¹ Trabalho submetido ao Eixo 5 – Saberes e Práticas Agroecológicas.

negligenciando a soberania e a segurança alimentar, tão necessários para a sobrevivência das sociedades em várias partes do mundo.

Desse modo, o objetivo desse trabalho é apresentar as contradições do modelo agronegócio a partir do Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa”, cujo propósito é refletir o processo de inserção e de uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil a partir do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Para tanto, serão realizadas rodas de conversa com estudantes do Ensino Fundamental II no Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos, na comunidade de Jenipapo, no município de Ubaíra-BA².

O MUNICÍPIO DE UBAÍRA COMO LÓCUS DA CONTRADIÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO

Parte-se do pressuposto que estamos cada vez mais envolvidos num modelo corporativo de produção e de distribuição de alimentos diretamente associado ao uso intensivo de agrotóxicos. Esse modelo se constitui numa ameaça a soberania e segurança alimentar necessários para a sobrevivência das sociedades em várias partes do mundo, pois no contexto global de mundialização da economia, o direito à alimentação saudável, vem sendo violado em face do controle que as grandes empresas têm sobre o mercado de alimentos (STEDILE & CARVALHO, 2012).

Essa realidade se faz presente em todos os estados da federação, o que exige dos professores-pesquisadores e discentes do IF Baiano *Campus* Santa Inês uma reflexão aprofundada desses processos. Deste modo, se propõe refletir sobre o processo de inserção e do uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil a partir do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, recorte espacial formado por 20 municípios baianos, são eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015).

² “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” é um projeto de extensão idealizado e construído pelos integrantes do Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais (GEOTER) e do Núcleo de Estudos em Questões Agrárias (NEQA). Sua proposição foi motivada por discussões que vem sendo feitas pelos membros do grupo/núcleo desde a realização da “Feira de Saúde e Cidadania do IF Baiano *Campus* Santa Inês”, em outubro de 2018. As discussões travadas ensejaram a submissão de uma proposta de extensão frente ao Edital 04/2019/PROEX/CPPEX/IF Baiano. Além dos autores listados, a equipe executora do Projeto conta com a participação de: Maria Avanilda Novaes de Santana e Maíra Vitória Moreira dos Santos, licenciadas em Geografia e bolsistas voluntárias; Amanda Jacinta dos Santos e Angela Andrade Calhau, egressas do Curso de Geografia e colaboradoras do Projeto.

Segundo Bombardi (2017), Cravolândia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara e Lajedo do Tabocal estão entre os municípios baianos com alta porcentagem de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos no estado, sem contar nas elevadas taxas de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola em Itaquara e Itiruçu. Apesar de não figurar nos dados sistematizados por Larissa Mies Bombardi, destacamos o município de Ubaíra.

Ubaíra está distante 24 km da sede do IF Baiano *Campus* Santa Inês e possui uma população de 19.750 pessoas, sendo que 8.822 vivem na cidade (44,67%) e 10.298 vivem no campo (55,33%) (IBGE, 2010). Juntamente com Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino e São Miguel das Matas, Ubaíra contrapõe a tendência de urbanização, ou seja, sua população permanece, predominantemente, rural numa conjuntura em que tem sido comum o esvaziamento do campo (SILVA & SILVA, 1991; KAGEYAMA, 2008).

Além disso, dentre os vinte municípios do Vale do Jiquiriçá, Ubaíra tem a quarta maior área territorial, com 659 km² dividida em 3.051 estabelecimentos rurais³. Diante desse quadro, não seria aventurado afirmar que parte significativa dos 55% de habitantes que vivem no campo realizam suas condições materiais de existência a partir da produção agrícola, seja através do trabalho realizado nos 2.740 estabelecimentos da chamada agricultura familiar (89,9%) ou nos 311 estabelecimentos da agricultura não familiar (10,2%) (IBGE, 2006; 2010; 2017).

Parte dessas famílias, que vivem no espaço rural e lidam com a produção agrícola, tem seus filhos matriculados em uma das 33 escolas do campo distribuídas pelo município de Ubaíra (ROCHA & BISPO, 2019). Dentre essas unidades escolares, citamos o Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos⁴ (CMAFS) em funcionamento, desde 2002, na comunidade de Jenipapo.

O CMAFS é composto por 7 turmas com 160 estudantes cursando o Ensino Fundamental II. Para tanto, conta com o trabalho de 8 professores e 5 funcionários para as

³ Em termos de extensão territorial, Ubaíra fica atrás de Maracás (2.413km²), Planaltino (955km²) e Jaguaquara (924km²). Já no quantitativo de estabelecimentos rurais, Ubaíra se posiciona atrás, somente, de Mutuípe, município que possui 3.410 estabelecimentos dessa natureza (IBGE, 2006; 2017).

⁴ De acordo com a entrevista realizada, em março de 2019, com Marcos Antônio Santos dos Santos, morador da comunidade de Jenipapo e egresso do Curso de Licenciatura em Geografia, o nome da unidade escolar é Aurino Fausto dos Santos em homenagem “a um antigo morador, fazendeiro, que colaborou muito com a comunidade. Dominava a leitura e a escrita e possuía contatos políticos, o que possibilitava ser o conselheiro de muitos e, também, ajudar em muitas causas. Doou diversos terrenos que hoje constituem a rua que também leva seu nome, a rua da antiga estação de trem, hoje Aurino Fausto. Sua esposa reside ainda na sede da fazenda, dona M. Seus filhos moram em Salvador e semelhantemente vem a Jenipapo. Conhecido [refere-se a Aurino] por todos os antigos moradores da comunidade como uma pessoa benevolente, caridosa e bondosa. Experimentou o amargo de seu maior medo. Não ia a velórios por ter traumas de infância. Quando resolve ir ao cortejo fúnebre de uma senhora de seu agrado, foi atropelado entre sua casa e o cemitério (terreno que ele cedeu para a construção). Após dias, veio a óbito”.

atividades de gestão/limpeza/apoio. Os estudantes matriculados no Colégio vivem em Jenipapo e em outras comunidades próximas, como Cachoeirinha, Comum da Carlota, Lago do Boi, Otis, Pedrinhas, Sapucaia e Volta do Rio, além da presença de estudantes que residem na cidade de Ubaíra (TRABALHO DE CAMPO, 2019).

Diante desse contexto, o Projeto “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” se torna relevante e indispensável, tanto para a comunidade escolar, especialmente os estudantes, quanto para suas famílias, pois a temática central do mesmo está relacionada: a) aos conteúdos pautados na disciplina Geografia para o Ensino Fundamental II⁵; b) ao cotidiano dos alunos e de seus pais, familiarizados com a produção de alimentos no processo de socialização no mundo do trabalho. Neste sentido, o Projeto será executado em três fases interdependentes:

I – Qualificação da equipe executora: Essa fase consiste no levantamento, seleção, leitura, discussão e fichamento de textos que discutam sobre a inserção e o uso de agrotóxicos nas ciências humanas, de modo geral, e na Geografia, de modo específico. Essa fase abarca somente os professores-pesquisadores e discentes que se qualificam como equipe executora do Projeto.

II – Sondagem da escola parceira: Essa fase consiste na realização de trabalho de campo na escola parceira com o objetivo de conhecer o cotidiano escolar. Esse contato será fundamental para a organização das rodas de conversa sobre a inserção e o uso de agrotóxicos na produção de alimentos, bem como o contato prévio com a direção, professora de Geografia (parceira do Projeto) e estudantes das Turmas 7A, 7B, 8A, 8B e 9A.

Para tanto, a equipe executora vem construindo um roteiro de questões que servirão de base para conhecer os estudantes e suas famílias com o intuito de saber quais as principais lavouras e quais os principais “remédios”, ou seja, os venenos utilizados no preparo da terra, no plantio e tratos culturais das culturas ubaïrenses. É importante registrar que nas fases I e II, a equipe executora do Projeto terão o apoio dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)⁶.

⁵ A temática do Projeto de Extensão pode ser problematizada nas aulas da disciplina Geografia ofertada para os estudantes do 6º ao 9º do Colégio Aurino. Mas, na presente proposta, optou-se pela realização das rodas de conversas somente com as turmas do 7º ao 9º. Pensando no conteúdo programático para o ano letivo de 2019, socializado pela Professora de Geografia da escola parceira, o tema agrotóxico pode ser tratado na maior parte dos assuntos, especialmente os seguintes: a) 7º série – Brasil: de país agrário a país industrial; A organização do espaço nordestino; b) 8º série – Capitalismo e espaço mundial; A globalização; Desenvolvimento econômico e social; Estados Unidos da América: a superpotência mundial; c) 9º série – Geopolítica atual; Globalização; Europeanâmicas da natureza.

⁶ O CMAFS já é parceiro do IF Baiano *Campus* Santa Inês através do Projeto Pibid Multireferencialidade e inovação à docência: interlocuções entre a educação básica e a Formação docente/Edital CAPES 07/2018, mais especificamente através do Subprojeto Geografia intitulado Interlocuções entre a educação básica e a formação docente no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá: olhares sobre a realidade local.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEQA, o município de Ubaíra tem na produção de mandioca e de feijão as principais lavouras temporárias em termos de área plantada na série histórica 1988-2017⁷. Em média, a mandiocultura está presente em 1.850 hectares (ha) do território de Ubaíra, ao passo que o feijão ocupa, em média, 198 ha. No que se refere as lavouras permanentes, o destaque vai para o cacau, a banana e o café. Entre 1988-2017, o cacau ocupa uma área média de 4.631 ha de área plantada. Em seguida, vem a banana com uma média de 1.888 ha e o café com 956 ha de área colhida ao longo dos 30 anos pesquisados. Esses dados serão relacionados a partir do roteiro de questões e problematizados na terceira fase do Projeto.

III – Troca de saberes entre a equipe executora do IF Baiano *Campus* Santa Inês e a comunidade escolar do Colégio Aurino: Essa fase consiste na realização de cinco rodas de conversas sobre o uso de agrotóxicos na produção de alimentos com estudantes das Turmas 7A, 7B, 8A, 8B e 9A. Para esse momento, os pais dos estudantes também serão convidados a participar, assim como direção e professores. Importa registrar que o projeto está em execução e se encontra na fase I de execução.

O USO DE AGROTÓXICOS PELO MODELO DO AGRONEGÓCIO

Desde a Antiguidade clássica, agricultores criam maneiras de lidar com seres vivos, como plantas e insetos, que se difundiam nas lavouras comprometendo o desenvolvimento dos cultivos. A partir do século XVI, há registros do emprego de substâncias orgânicas nos setores de produção com o objetivo de combater a ação de seres considerados nocivos. Em meados do século XX, os chamados países industrializados passam a desenvolver um conjunto de técnicas capazes de aumentar a produtividade agrícola, processo qualificado como Revolução Verde (RIGOTTO & ROSA, 2012).

No Brasil, a década de 1960, é o marco temporal da ruptura na produção agrícola. Segundo José Graziano da Silva, no início dos anos sessenta, instalam-se fábricas de máquinas e insumos agrícolas no país. A implantação de indústrias de tratores, equipamentos agrícolas, fertilizantes e rações aponta o avanço na solução das questões agrícolas, isto é, dos “aspectos

⁷ O levantamento da série histórica aponta que as principais lavouras temporárias em Ubaíra entre 1988-2017, são mandioca, feijão e fumo. Contudo, quando se detalha produção observa-se que a produção de fumo está registrada em apenas dois anos consecutivos 1998-1999. Portanto, embora o levantamento médio seja significativo (198 hectares) ela não representa de fato a realidade do município.

ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz” (SILVA, 1981, p. 11).

Desde então, passa a vigorar um modelo de produção denominado “novo padrão agrícola” (FABRINI, 2002, p. 141) ou, ainda, “agricultura científica globalizada” (SANTOS, 2002, p. 88). A consolidação desse padrão novo só se torna possível graças ao apoio do Estado através da implantação de políticas agrícolas, da concessão de crédito para a modernização tecnológica (em determinados setores da agricultura) e na colaboração para que a forma de produzir passasse a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos (ANDRADE, 1979; SILVA, 1981; DELGADO, 1985; FERNANDES, 1999; PERTILE, 2008). Desse modo, a sociedade brasileira vivenciou a

passagem do ‘complexo rural’ para uma dinâmica comandada pelos ‘complexos agroindustriais’. Isso significou uma intensificação da divisão do trabalho, especialização da produção e a substituição das exportações por um mercado interno como elemento importante na dinâmica produtiva da agricultura e pecuária. A produção agrícola fechada em si mesma, característica do complexo rural, sujeitou-se a uma regulação macroeconômica mais ampla, com uma inserção maior no circuito financeiro (FABRINI, 2002, p. 141).

Assim, o binômio “fronteira agrícola-modernização da agricultura” (WANDERLEY, 1985, p. 61), altera a base técnica no campo (FABRINI, 2002), mas não toca na estrutura fundiária (SILVA, 1981). Ou seja, as mudanças na base técnico-produtiva difundiram a glorificação do setor modernizado sem colocar “a outra face da modernização”, qual seja os problemas do emprego sazonal em precárias condições, as extensas jornadas, o trabalho infantil, a falta de direitos trabalhistas e a favelização nas periferias (MEDEIROS, 2003, p. 30-31). Em outras palavras, o Estado brasileiro optou por um projeto de modernização conservadora, pois “não se altera profundamente a estrutura social existente” (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Dito de outra forma, passamos de uma agricultura “múltipla, que aproveitava os mais diversos modos e recursos naturais para empregar a capacidade familiar de trabalho, para um modelo especializado, depredador do meio ambiente e incompatível com a disponibilidade doméstica braçal” (VERGÉS, 2011, p. 82).

Desse modo, o “sonho do capitalismo” de “tornar a agricultura uma fábrica” se concretizou e o “capital está em festa”. As inovações revolucionaram o campo: os inumeráveis agrotóxicos, as sementes híbridas, o maquinário agrícola vinculado a técnicas de programação e a biotecnologia libertou os trabalhadores dos “caprichos da natureza”. Com isso, o setor agropecuário pode se livrar da “ditadura da fertilidade, das chuvas e do clima” (VERGÉS, 2011,

p. 95).

Como desdobramento desse processo, a produção dos principais itens agropecuários brasileiros⁸ se tornou dependente de um “modelo de produção racional” baseado na “utilização intensiva de sementes híbridas e de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), na mecanização da produção e no uso extensivo de tecnologia” (MOREIRA *apud* RIGOTTO & ROSA, 2012, p. 88).

Vale ressaltar, que dentro desse modelo racional, o item mais difundido é o agrotóxico, tanto entre os grandes e médios produtores, quanto pela agricultura familiar camponesa. Originalmente produzido a partir “dos gases mortais” (FIDELES *apud* RIGOTTO & ROSA, 2012, p. 88) utilizados nas duas grandes guerras mundiais, os agrotóxicos são

produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 2002)

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no Brasil do final do século XX, a agricultura familiar camponesa ocupava uma superfície de 70,5 milhões de hectares (18% do total do país). Desse universo, o acesso à tecnologia era restrito, pois apenas 10% possuíam trator, 38% utilizaram fertilizantes e 1% tinham máquinas colheitadeiras.

Entretanto, o uso de agrotóxicos havia chegado a mais de 60% dos estabelecimentos (OLIVEIRA, 2007, p. 134). Com base na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Carlos Valter Porto-Goncalves apresenta que (2004, p. 9), entre 1950 e 2000, a “produção de grãos em todo o mundo aumentou 2,9 vezes, de 631 para 1.835 milhões de toneladas. No mesmo período, entretanto, o consumo de fertilizantes aumentou de 10,1 vezes, passando de 14 milhões de toneladas, em 1950, para 141 milhões de toneladas em 2000”.

Todas essas informações são sistematizadas por Rodrigo Simão Camacho, ao afirmar que o Brasil é o país que “mais usa agrotóxicos no mundo, sendo que cada brasileiro consome cerca de 5,2 litros de venenos por ano” (CAMACHO, 2013, p. 248). A posição brasileira no *ranking* dos maiores consumidores de agrotóxicos confirma a necessidade de se refletir sobre

⁸ Entre 1960-2005, os principais “itens agropecuários” produzidos (por toneladas) no Brasil, foram: algodão, arroz, batata, cacau, café, cana de açúcar, carne bovina, carne de frango, carne suína, cebola, feijão, fumo, laranja, leite, mamona, mandioca, milho, ovos, soja, tomate e trigo (MENDES & PADILHA JÚNIOR, 2007, p. 162).

formas alternativas de produção de alimentos, o que só ratifica a importância do Projeto de Extensão “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa”.

CONSIDERAÇÕES PRELIMIARES

O Projeto de Extensão Profissional, Científica e Tecnológica intitulado “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa” está no início de sua execução. Até o presente momento, a equipe executora tem cuidado do levantamento, seleção, leitura, discussão e fichamento de textos que discutam sobre a inserção e o uso de agrotóxicos nas ciências humanas, de modo geral, e na Geografia, de modo específico. Atrelado a isso, já se vem construindo o roteiro de questões que será aplicado pelas bolsistas do Projeto com o apoio dos bolsistas do Pibid. Tudo isso contribuirá para a execução da III fase do Projeto que consiste na realização de rodas de conversas sobre o uso de agrotóxicos na produção de alimentos com estudantes do CMAFS que lidam com a produção de alimentos em seu cotidiano.

A partir dessas ações espera-se estreitar os laços entre o IF Baiano *Campus* Santa Inês e as escolas de educação básica, do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá. Além disso, criar estratégias que possibilitem a participação dos licenciados em Geografia e das famílias nas escolas. Por fim, almeja-se a troca de experiências e conhecimento entre discentes, egressos e docentes do IF Baiano *Campus* Santa Inês com estudantes, pais de estudantes e professores da educação básica do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & capitalismo**. São Paulo: LECH, 1979. (Brasil ontem e hoje n.º. 9).

BARRETO, Daniela Silva. **Reflexões sobre as experiências do Estágio Supervisionado Municipal Aurino Fausto dos Santos, no Distrito de Jenipapo, em Ubaíra-Ba**. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2017. (Graduação Licenciatura em Geografia).

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografa do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões coma União Europeia**. São Paulo: FFLCH, 2017.

BRASIL. Decreto n.º. 4.074, de 4 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 8 jan. 2002. Seção 1.

BRASIL. Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília-DF, 12 jul. 1989.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83-105.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2013. (Doutorado Geografia).

CHILES, João Marques. **Dicomer, dibeber ou coisa de velho? Agrobiodiversidade e a cultura alimentar geraizeira na comunidade de Pau D'Arco**. Brasília-DF: UnB, 2018. (Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais)

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 71-81.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. Campinas-SP: EdUnicamp, 1985.

FABRINI, João Edmilson. **Os Assentamentos de trabalhadores rurais em terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2002. (Doutorado em Geografia).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade).

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. São Paulo: USP, 2014. (Doutorado em Geografia Humana).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 set. 2010.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEITE, Sergio Pereira. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MENDES, Judas Tadeu Grassi. PADILHA JÚNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2008. (Doutorado em Geografia).

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis-SC, n.º. 1, v. 1, p. 1-55, 2004.

QUADROS, Edneia de Jesus Pereira. **A educação do campo e a prática pedagógica do professor de geografia na Escola Aurino Fausto dos Santos, Ubaíra- Ba**. Santa Inês-BA: IF Baiano, 2017. (Graduação Licenciatura em Geografia).

RIGOTTO, Raquel Maria. AGUIAR, Ada Cristina Pontes. Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde humana. In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. GARCIA, Maria Franco. VIANA, Pedro Costa Guedes (Orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 225-249.

RIGOTTO, Raquel Maria. ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxicos. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 88-96.

ROCHA, Ana Paula. BISPO, Edna Souza. **Escolas do campo 2019** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lineuneb@yahoo.com.br> em 28 mar. 2019.

SANTOS, Maureen. GLASS, Verena (Orgs.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. Disponível em:
<<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Uma medida do crescimento urbano e rural no estado da Bahia: 1940/80. In: SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Cidade e região no estado da Bahia**. Salvador-BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. p. 33-43.

STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horacio Martins de. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 716-725.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. Tradução Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica/Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília-DF, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr. 1985.